



RIO MEIA PONTE: DE SUA IMPORTÂNCIA NO DISCURSO MUDANCISTA DA CAPITAL DE GOIÁS AO ABANDONO NA ATUALIDADE

Patrik Luan Costa Barbosa¹

Maria de Fátima Oliveira²

Resumo

O presente artigo busca contribuir para uma maior compreensão da importância do Rio Meia Ponte no processo de transferência da capital de Goiás e o descaso e falta de uma política efetiva de preservação para com ele na atualidade. Esse rio representou um dos elementos decisivos na escolha do local para onde seria transferida a capital na década de 1930, aparecendo no projeto de mudança da capital como um dos componentes de grande importância no discurso que defendia a transferência da capital da antiga cidade de Goiás para outro lugar. O principal foco da pesquisa é mostrar a mudança de perspectiva e ações ao longo do tempo no que se refere ao tratamento dado ao rio Meia Ponte. Se antes o discurso ressaltava a importância deste rio para a fundação da nova capital, atualmente ele vem sofrendo com ações de degradação inconsequentes que ameaçam a sua função hídrica. Na atual conjuntura do planeta essa é uma constatação que merece atenção, haja vista os problemas e conflitos em torno da questão de abastecimento e diversos usos da água, tornando-a um elemento de disputas entre indivíduos, municípios, estados e países.

Abstract

This article seeks to contribute to a greater understanding of the importance of the Meia Ponte River in the transfer process of Goiás capital and neglect and lack of preservation of effective policy toward it today. This river represents one of the decisive elements in selecting a location where it would be transferred to capital in the 1930s, appearing in the change project of capital as one of the very important components in the speech that advocated the transfer of the capital of the ancient city of Goiás to elsewhere. The main focus of the research is to show the change of perspective and actions over time in relation to the treatment of the Meia Ponte River. If before the speech emphasized the importance of this river to the founding of new capital, currently it has suffered from degradation inconsequential actions that threaten their water function. In the current climate of the planet this is a

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Bolsista PVIC/UEG. E-mail: patrik.luan.costa@hotmail.com

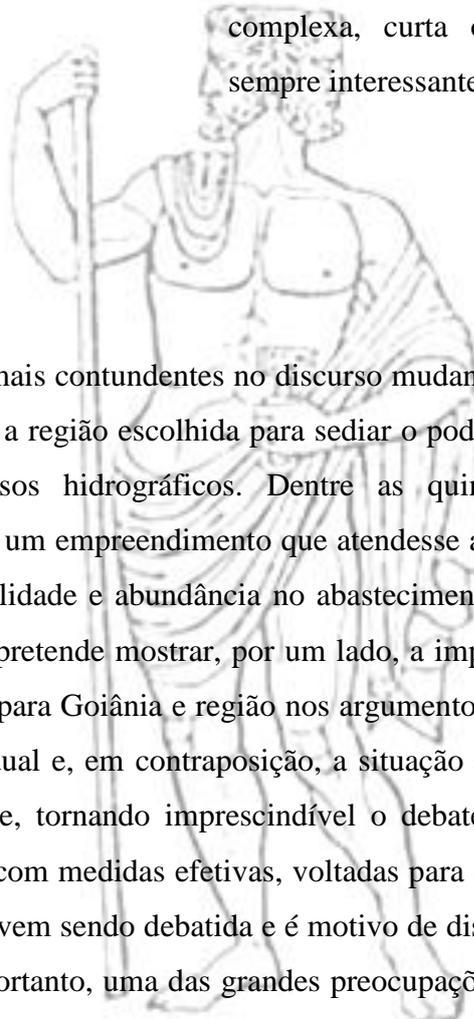
² Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professora na Universidade Estadual de Goiás (UEG) no curso de Licenciatura em História. Docente do programa de mestrado interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da UEG. E-mail: proffatima@hotmail.com



finding that deserves attention, given the problems and conflicts over the supply issue and various uses of water, making it an element of disputes between individuals, municipalities, states and countries.

RIO MEIA PONTE: DE SUA IMPORTÂNCIA NO DISCURSO MUDANCISTA DA CAPITAL DE GOIÁS AO ABANDONO NA ATUALIDADE³

Os rios, como seres humanos, têm um ciclo de vida e conseqüentemente uma história. Mesquinha ou grandiosa, simples ou complexa, curta ou longa, essa história é sempre interessante. Lysias Rodrigues



Introdução

Um dos argumentos mais contundentes no discurso mudancista da capital de Goiás na década de 1930 era o de que a região escolhida para sediar o poder administrativo do Estado deveria ser rica em recursos hidrográficos. Dentre as quinze condições que foram estabelecidas para comportar um empreendimento que atendesse as exigências que requeria a nova capital estava a de facilidade e abundância no abastecimento de água e que essa água fosse potável. Essa reflexão pretende mostrar, por um lado, a importância do rio Meia Ponte como potencial hidrográfico para Goiânia e região nos argumentos utilizados para justificar a transferência da capital estadual e, em contraposição, a situação de degradação em que esse rio se encontra na atualidade, tornando imprescindível o debate em torno da questão e a necessidade de uma política com medidas efetivas, voltadas para sua preservação. Em alguns países, a escassez de água já vem sendo debatida e é motivo de disputas, inclusive territoriais, há muito tempo. A água é, portanto, uma das grandes preocupações mundiais, por constituir-se em um recurso natural essencial e insubstituível à vida. Como bem pontuou Peter Gleick _

³ Este texto é resultado do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de História e do projeto de pesquisa Caminhos Fluviais do Cerrado, cadastrado junto à Pro Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PRP) - UEG.

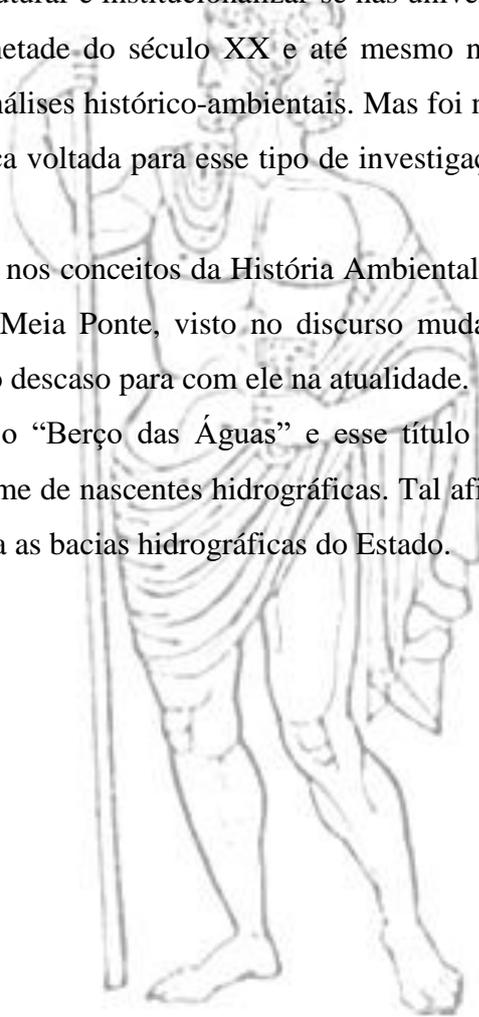


criador da ONG *Pacific Institute*, em recente entrevista concedida ao jornalista Marcelo Leite, durante a Semana Mundial da Água em Estocolmo _ ainda que a água seja um recurso renovável, existem limites a serem respeitados, o que torna vital o correto manejo desses recursos (SION; DUTRA, 2014, p. 1).

Nesse sentido, a História Ambiental pode contribuir para a análise uma vez que é definida, de acordo com Worster (1991, p. 199) como “parte de um esforço revisionista para tomar a disciplina história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido”. Segundo Pádua (2010), foi na década de 1970 que a História Ambiental começou a se estruturar e institucionalizar-se nas universidades de diversos países. O autor afirma que, já na metade do século XX e até mesmo no século XIX era possível encontrar publicações com análises histórico-ambientais. Mas foi no ano de 1977 que se criou a primeira sociedade científica voltada para esse tipo de investigação, a *American Society for Environmental History*.

É, portanto, com base nos conceitos da História Ambiental que se pretende discutir os problemas referentes ao rio Meia Ponte, visto no discurso mudancista como um elemento extremamente importante, e o descaso para com ele na atualidade.

Goiás é considerado o “Berço das Águas” e esse título deve-se ao fato do estado possuir uma quantidade enorme de nascentes hidrográficas. Tal afirmação pode ser verificada no mapa abaixo que apresenta as bacias hidrográficas do Estado.





O RIO MEIA PONTE NO CONTEXTO DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL

Embora a ideia da mudança da capital de Goiás seja geralmente atribuída à pessoa de Pedro Ludovico Teixeira, a historiografia mostra que esse projeto já era pensado desde o século XVIII. Por exemplo, em 1754 o governador Conde dos Arcos informava ao rei de Portugal da necessidade de se transferir a capital, uma vez que, segundo ele, Vila Boa apresentava condições climáticas desfavoráveis e poucas possibilidades de comunicação. Sendo assim, o governador sugeria ao monarca português a mudança da capital para Meia Ponte (atual cidade de Pirenópolis), a qual reunia condições mais favoráveis, devido à sua localização num “entroncamento dos caminhos que, vindo de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e da Bahia, demandavam Vila Boa e prosseguiam no rumo do Oeste” (COSTA, 1972, p.25). No século XIX esse pensamento continuou vigorando, e também o governador Miguel Lino de Moraes manifestou-se favorável à ideia de transferência da capital.

Em 1830, foi a vez de Miguel Lino de Moraes – segundo governador de Goiás no Império (1827-1831) – se expressar, propondo a mudança para Água Quente, que, na sua opinião, era uma região mais povoada e de comércio mais franco (CHAUL, 1999, p. 66).

Além dos governadores, o desejo de mudança da capital de Goiás para outro local continuou a se manifestar nos discursos dos legisladores goianos no século XX. No plano político regional o que vigorava era a disputa pelo domínio político do Estado, dentro do próprio movimento revolucionário. Portanto, a ideia de transferência da capital, gestada nos séculos XVIII e XIX, vai se tornar o principal assunto na década de 1930. Para Chaul(1999) a mudança da capital de Goiás foi parte de uma estratégia política onde Pedro Ludovico almejava retirar o monopólio político das oligarquias goianas, representada principalmente pelos Caiados. Porém, é importante ressaltar que a transferência não era um desejo apenas do interventor, era também do interesse do então presidente Getúlio Vargas e uma necessidade do próprio capitalismo. Era imperativa a dinamização da economia goiana e a inserção da mesma no comércio nacional. O processo de escolha do novo local onde se construiria a nova capital de Goiás não foi nada fácil, uma vez que, o lugar escolhido deveria ter uma série de requisitos indispensáveis para o funcionamento da sede administrativa do Estado.



Três de janeiro foi o dia escolhido pela Comissão para a reunião que definiria os locais a serem estudados. Quatro foram as localidades indicadas: Pires do Rio, Bonfim, Batá (Ubatan) e Campinas, levando-se em conta que tais localidades reuniam os requisitos básico para sustentar a nova capital: abundância de água, bom clima, topografia adequada e proximidade com a estrada de ferro (CHAUL, 1999, p.72).

Apresentando todas as condições necessárias, Campinas foi escolhida como o local onde funcionaria a Capital de Goiás, pois a região oferecia entre outros atributos, a abundância de água, requisito necessário para a escolha da nova sede da capital do Estado.

As condições hidrográficas encontradas foram elogiadas pelo engenheiro Godói, que ressaltou a abundância de rios e corredeiras nos arredores de Campinas. Os rios Meia Ponte, Anicuns, a corredeira Jaó, os riachos Cascavel, Macambira, Santo Antônio foram descritos nas suas capacidades e qualidades (PINTO; ARAÚJO, 2014, p. 81).

Sem uma fonte de abastecimento de água dificilmente a região de Campinas⁴ seria escolhida como o local de construção da nova sede do poder administrativo de Goiás. O fornecimento de água era de extrema relevância e é nesse contexto que o rio Meia Ponte, que segundo Castilho (2010, p. 1) tinha uma descarga de mais de quinze milhões de litros por hora, se tornou a solução para essa questão na nova capital. Além do seu potencial como fornecedor de água, o Meia Ponte foi pensado como um possível gerador de energia para a capital. O córrego do Jaó⁵, de acordo com Castilho (2010, p. 1), possui uma corredeira com uma força de mais de 450 cavalos, mais que o suficiente para a geração de energia elétrica.

A Cidade de Goiás, antiga capital do Estado, é considerada no discurso mudancista um símbolo de atraso, sendo deficitária também no quesito fornecimento de energia elétrica, uma vez que, segundo LIMA (2011, p. 1) era por meio de uma usina termoelétrica, inaugurada em 1920, e de uma hidrelétrica, instalada nas margens do Rio Vermelho em 1924, que a antiga capital conseguia energia elétrica. Essas usinas não eram suficientes para manter

⁴Campinas foi um município brasileiro pertencente ao estado de Goiás, atualmente é um dos bairros da cidade de Goiânia. Com a construção de Goiânia, Campinas perdeu a condição de município e foi anexado ao município de Goiânia.

⁵ O córrego do Jaó possui esse nome por causa do grande número de pássaros, com esse mesmo nome, que vivia às margens do Rio Meia Ponte. Uma espécie típica do Cerrado Brasileiro.



todas as residências iluminadas, fato que pode ser percebido pelo grande número de casas que utilizavam lamparinas e lampiões nessa época. A nova capital que seria construída precisava, segundo o discurso mudancista, superar todos os problemas de geração de energia vividos na antiga sede administrativa. Nessa perspectiva, em 1936 foi inaugurada a Usina Hidroelétrica do Jaó no rio Meia Ponte em Goiânia. A Usina contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da Capital nos seus primeiros anos.

A usina representou um dos principais ingredientes para o pleno desenvolvimento nos primeiros anos da capital. Com seus 180 “quilovolts ampère” (KVAs) de potência, era grandiosa para os padrões da época, mesmo porque energia era coisa rara em todo o Centro-Oeste e em grande parte do Brasil. Mesmo assim, no início poucas casas tinham o benefício e, onde havia, a falta de luz era constante, o que persistiria pelas duas décadas seguintes (LIMA, 2011, p. 1).

Outro aspecto que deve ser observado sobre a importância do rio Meia Ponte para Goiânia, além do seu potencial de fornecimento de água e energia, foi a sua utilização pelos moradores da capital como lazer, principalmente nas primeiras décadas. Segundo Pinto (2012), o Meia Ponte foi durante muito tempo uma fonte de lazer para os moradores da região.

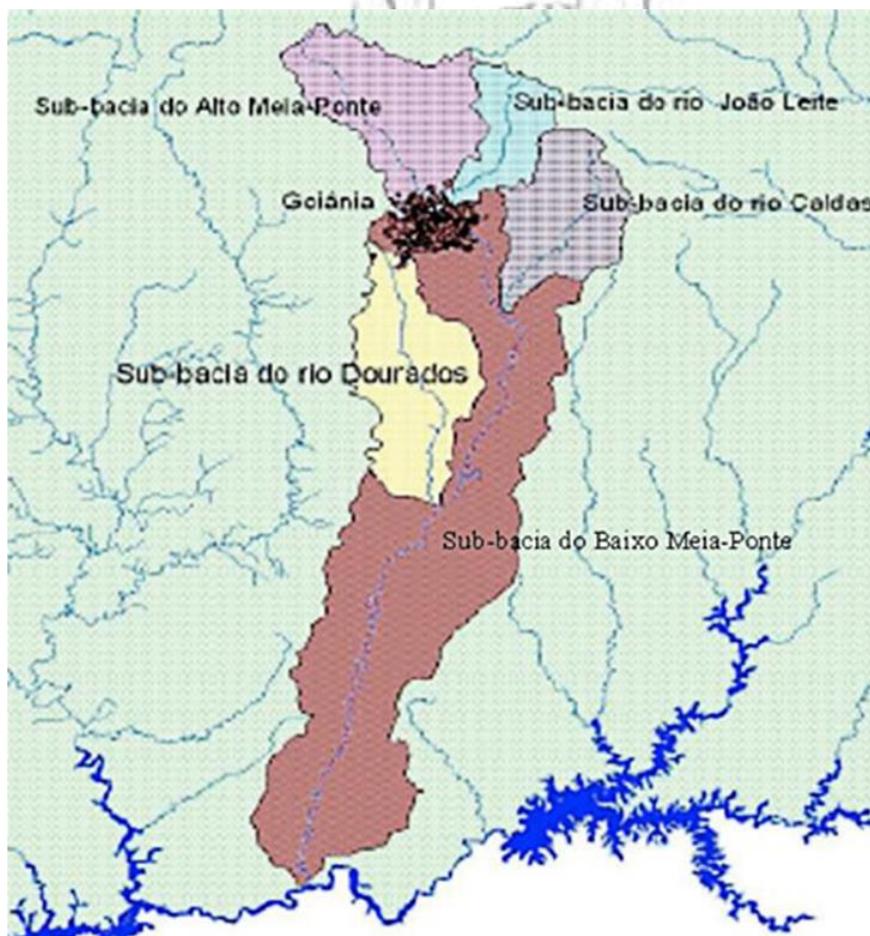
Para Dona Maria, o rio é um assunto distante e tristonho. Sua maior lembrança é sobre o afogamento marcante de duas crianças gêmeas e seu pai. Ela justifica o distanciamento com o rio argumentando ser ele muito mais um espaço dos homens. Mas Dona Naríndia contrapõe esta afirmativa, ela guarda na memória suas idas ao rio para lavar roupa, evento que segundo ela era coletivo. Iam Dona Naríndia e suas vizinhas, acompanhadas dos filhos, para a beira do rio, e lá passavam boa parte do dia. O rio era ao mesmo tempo o espaço do trabalho, do lazer e da socialização (PINTO, 2012, p. 12 e 13).

Diante desses dois elementos: fornecimento de água e fonte de energia o Meia Ponte se tornou, dentro do discurso mudancista, a solução para os principais problemas que seriam enfrentados na nova capital. De acordo com a Agência Municipal do Meio Ambiente (AMA), a hidrografia da região metropolitana de Goiânia é composta por 22 sub-bacias hidrográficas, todas elas deságuam nos ribeirões João Leite, Anicuns e Dourados que pertencem à bacia hidrográfica do Rio Meia Ponte. A capital de Goiás possui 85 cursos d'água, sendo 80 córregos, quatro são ribeirões e um rio. O rio Meia Ponte nasce nos municípios de Itauçu e



Taquaral. Segundo o Portal do Rio Meia Ponte (MeiaPonte.org), além de Goiânia, esse rio *banha* as seguintes cidades: Santo Antônio de Goiás, Brazabrantas, Goianira, Nova Veneza, Inhumas, Itauçu, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Pontalina, Aloândia, Joviânia, Goiatuba e Panamá. Seus principais afluentes são: Ribeirão Santo Antônio; Ribeirão São Domingos; Ribeirão João Leite; Ribeirão Anicuns; Ribeirão Dourados; Ribeirão Caldas; Córrego Água Branca e Córrego Palmito. As cinco sub-bacias que compõem a bacia do Meia Ponte são: Alto Meia Ponte; Ribeirão João Leite; Rio Caldas; Rio Dourados e Baixo Meia Ponte. O mapa abaixo permite uma visualização melhor da localidade de cada sub-bacias do rio.

Figura 2: Bacia do Rio Meia Ponte



Fonte: Associação Ambiental Pró-Águas do Cerrado. Situação Ambiental das Águas da Bacia do Rio Meia Ponte, Goiás. Goiânia, 2008.



Informações do site Pró-Águas do Cerrado mostram que a bacia hidrográfica do rio está localizada na região central do Brasil, onde corresponde a uma área territorial de 3,6% do Estado de Goiás. Essa bacia possui uma área de drenagem de 12. 180 km², começando com as suas nascentes no município de Itauçu e terminando com seu deságue no rio Paranaíba, localizado na cidade de Cachoeira Dourada (Associação Ambiental Pró-Águas do Cerrado. Goiânia, 2008).

Segundo o relatório do Zoneamento Ecológico-Econômico do Município de Goiânia (2008), faz-se necessário a preservação dos três maiores mananciais de Goiânia, o Rio Meia Ponte e os Ribeirões Anicuns e João Leite, pois eles são importantes para o abastecimento de água da cidade. Ainda de acordo com esse relatório, dos três mananciais mencionados, o Rio Meia Ponte é o maior de todos em extensão.

O Rio Meia Ponte é o maior deles em extensão, nasce no Município de Itauçu, percorrendo 415 Km até sua foz no Rio Paranaíba. Banha o Município de Goiânia, inicialmente pela região noroeste, onde recebe, pela sua margem direita os Córregos: Caveiras, da Onça, Palmito, Água Branca, Gameleira, Barreiro e Ribeirão Anicuns. Pela sua margem esquerda, o Rio Meia Ponte recebe os Córregos: Samambaia, Jaó, Ladeira, Lajeado e Ribeirão João Leite (IDTCO, 2008, p. 155).

O relatório faz referência ao prejuízo que a urbanização desenfreada e inconsequente causa ao Meia Ponte. Nesse documento, são apresentados os nomes dos bairros que se estendem ao longo do percurso do Rio Meia Ponte.

O Rio Meia Ponte sofre inúmeras pressões de vários bairros no decorrer de seu percurso natural dentro da Macrozona Construída. Os bairros confrontantes com sua margem direita são: Bairro São Domingos, Bairro da Floresta, Setor Estrela Dalva, Brisas da Mata, Recanto do Bosque, Jardim Balneário Meia Ponte, Parque Balneário, Residencial Licardino Ney, Loteamento Granjas Brasil, Residencial Humaitá, Setor Urias Magalhães, Setor Criméia Leste, Vila Froes, Vila Monticelli, Setor Negrão de Lima, Parque Industrial de Goiânia, Chácara Retiro, Jardim Novo Mundo, Jardim Califórnia Industrial, Setor Aruanã III, Residencial Olinda, Aruanã Parque, Setor Aruanã e Condomínio Horizontal Portal do Sol I e II. Pela sua margem esquerda, há um número inferior de bairros, sendo estes: Campus Universitário UFG, Chácara Califórnia, Goiânia II, Setor Santa Genoveva, Setor Jaó, Chácara



Retiro, Conjunto Caiçara, Setor Santo Hilário, Jardim das Aroeiras, Jardim Conquista, Jardim Dom Fernando II e Colônia Santa Marta (IDTCO, 2008, p. 153).

O conhecimento acerca dos aspectos geofísicos do rio é essencial para que se tenha uma noção dos crescentes danos que têm afetado o Meia Ponte. Além disso, conhecer as suas nascentes e afluentes amplia a percepção do quanto esse recurso hídrico é essencial para que a população goiana tenha acesso à água de qualidade e em abundância. De acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE: 2014), a cidade de Goiânia possui uma população de aproximadamente 1.412.364 habitantes e esse número é crescente. Com o passar do tempo e com o aumento populacional, a necessidade de se ter um reservatório suficiente para atender as necessidades dessa cidade em desenvolvimento vai se tornar latente. É nessa perspectiva que se pode constatar a falta de políticas e ações voltadas para atender as mudanças que vêm se processando ao longo do tempo no rio Meia Ponte devido às condições em que o mesmo se encontra na atualidade, principalmente pela situação de descaso.

Não se pode negar que a construção de Goiânia foi um marco no desenvolvimento do Estado de Goiás. Embora, como já discutido anteriormente, a ideia e defesa da mudança da capital venha de séculos passados e sua concretização não possa ser atribuída a um único sujeito, Pinto e Araujo (2014, p. 80) aponta que Pedro Ludovico Teixeira exerceu um papel fundamental para a sua transferência e que o local onde funcionaria a nova sede do poder administrativo do estado seguiu critérios do interventor que idealizava o progresso da população goiana.

A marcha para o Oeste trilhara bem alguns de seus itinerários previstos em nome do desenvolvimento e progresso nacional. Outros caminhos projetados tomaram percursos mais sinuosos. Na concepção de modernidade dos anos de 1930 para o Brasil, dois fatores eram tidos como fundamentais: a industrialização e, como um de seus elementos indispensáveis, o fomento à energia elétrica. Esses fatores foram contemplados no projeto da cidade de Goiânia (PINTO; ARAÚJO, 2014, p. 82).

Para que a nova capital funcionasse a pleno vapor, era necessária a construção de uma hidroelétrica, mas para isso era imprescindível que nesse local houvesse um rio com uma queda natural forte o bastante para mover os motores da usina. É nesse sentido que o Meia Ponte irá ganhar uma importância no discurso mudancista, principalmente nas palavras do



arquiteto urbanista Armando de Godói. Mas é preciso levar em consideração que a importância desse rio vai além do discurso mudancista, pois segundo Pinto e Araujo (2014) já nos primeiros anos da capital alguns engenheiros vão gestar a ideia de que, além do potencial energético, o Meia Ponte vai ser útil para o saneamento básico da cidade. Como essa questão era bastante comum na antiga capital, não era admissível que o lugar onde seria a nova sede do poder administrativo goiano apresentasse esse mesmo problema.

Em um documento enviado em 1933 por Pedro Ludovico Teixeira à Getúlio Vargas é destacado o fato de que Vila Boa apresentava problemas com o abastecimento de água potável, sendo o transporte de água feito de modo rudimentar e com sacrifícios.

O problema de abastecimento de água permanece insolúvel, tal como em, 1890, tal como sempre, toda água potável consumida pela população da capital, é transportada na cabeça, em potes, e fornecida pelas duas únicas e pobres fontes existentes, que são as mesmas mandadas construir, há 160 anos [...] (AZEVEDO, 2012, p. 59).

O rio Meia Ponte sempre esteve presente entre os critérios de escolha do novo local onde funcionaria a capital do Estado. Desde a escolha do novo local onde funcionaria a capital, já existia uma preocupação com os cuidados que se deveria ter com o rio. Azevedo (2012) aponta que no decreto nº 3937 de 26 de outubro de 1933 é apresentada uma recomendação do arquiteto Atílio Correia Lima para que as áreas onde estivessem localizadas as bacias dos rios Bota Fogo, Areião, Capim Puba até as margens do rio Meia Ponte pertencessem ao Estado. Esse decreto objetivava impedir que casas e empresas particulares despejassem dejetos que poderiam contaminar os rios, mas com o tempo, essa preocupação foi desaparecendo e o crescimento desordenado da capital pode ser um motivo para esse desinteresse com as questões ambientais e principalmente para o descuido com o rio.

O rio Meia Ponte nos primeiros anos da capital

Quando se olha para o Meia Ponte na atualidade, é difícil imaginar a estreita relação dos moradores com ele, mas a presença do Rio Meia Ponte no cotidiano das pessoas pode ser verificada em diversas situações no passado, mostrada como tema recorrente, por exemplo, pela literatura goiana.



Andei. Meus pés, seguindo os passos apressados de meus pais, buscaram o outro corpo do Meia-Ponte, onde da força da terra emergia Goiânia, a metrópole de Oeste, plantada e ligada por elos da mesma corrente desta família que somos todos nós.[...] E o Meia-Ponte? Para onde vai o meu rio? o que é feito do meu rio? “Lesma, cobra, bicho danado que ia deslizando, escorrendo, viscoso e frio, lambendo o barranco, mordendo as areias, pastando o capim das estrelas (TELES, 1979, p. 50 e 51).

Na citação acima, pode-se verificar que esse rio fazia parte do imaginário dos moradores nos primeiros tempos de Goiânia, bem como o valor sentimental que o Meia Ponte representa para o autor. Além de sua relevância no discurso mudancista, esse rio foi, segundo Pinto (2012), um importante recurso utilizado pela população da cidade de Goiânia para recreação e diversão.

A idéia de progresso estava cravada no discurso da nova capital e, para isso, a geração de energia era algo imprescindível para atender a esse objetivo em contraste com a situação da antiga capital em que segundo Lima (2011) grande parte da população fazia uso de lamparinas, velas e lampiões. Por muito tempo as ruas da cidade eram iluminadas a postes de querosene, sendo o acesso à energia elétrica restrito a poucos e a iluminação pública feita por queima de querosene. Por outro lado, Lima reforça que na nova capital, já em 1936, três anos após o lançamento da pedra fundamental, o Correio Oficial anunciava que a primeira-dama do estado teria a honra de dar a partida para a iluminação pública goianiense com a inauguração da grande Usina do Jaó. O autor afirma ainda que a construção dessa usina foi um elemento importantíssimo para o pleno desenvolvimento de Goiânia, representando um modelo de desenvolvimento, pois energia era coisa incomum no centro-oeste brasileiro no período. Mesmo assim, no início da nova capital, poucas casas tinham esse benefício e, onde havia, a falta de luz era constante, o que persistiria pelas duas décadas seguintes.

A usina do Jaó foi desativada em 1971 e atualmente está abandonada, assim como o rio Meia Ponte e

Existem rumores da destruição de toda a estrutura da Usina. Uns dizem que por causa do mau cheiro que a água empoçada exala e outros afirmam que a barragem causa enchentes em alguns pontos a montante da usina. O mais interessante é que aqueles que reclamam de enchentes, apoiados pelo poder público na época, 92 construíram suas residências justamente nos pontos de



alagamento, trechos onde naturalmente o rio corre no período chuvoso (Guia Ecológico, 2009).

A imagem abaixo mostra a atual situação em que se encontra a usina. Nela é possível perceber que o tempo se encarregou de consumir boa parte da estrutura.

Figura 3: Usina do Jaó



Fonte: Guia Ecológico, 2009.

Hoje não existe nenhum projeto que pense na preservação da usina como patrimônio histórico de Goiânia. Mesmo em ruínas, a Usina do Jaó serve para demonstrar que o Rio Meia Ponte nem sempre foi desperdiçado da forma que é na atualidade.

Reconhecer a Usina do Jaó enquanto um patrimônio Histórico de Goiânia é fazer com que aspectos significativos da história da transferência da capital não se percam no tempo. O progresso era o termo utilizado por Pedro Ludovico Teixeira para adjetivar Goiânia, e nesse sentido, a construção da usina representava um dos elementos mais importantes para que tal



pensamento se consolidasse. Além de sua importância para a consolidação do projeto mudancista, tendo em vista que era necessário se ter uma fonte de energia e saneamento básico para que a nova capital funcionasse, o Meia Ponte foi, nos primeiros tempos da capital, “uma das fontes mais procuradas de lazer e descontração. Nele as pessoas nadavam, pescavam, faziam piqueniques e moravam em suas margens” (PINTO, 2012, p. 09).

Durante a elaboração dos projetos arquitetônicos de Goiânia, o arquiteto Attílio Corrêa Lima já previu que o Meia Ponte seria um ótimo recurso natural que poderia promover atividades de recreação e lazer para a população goiana.

O rio Meia Ponte ainda foi cenário para a instalação da Usina do Jaó bem como do Clube de Regatas Jaó (hoje, Clube Jaó). Attílio Corrêa Lima previu nas possibilidades da represa do Jaó, condições para o estabelecimento de um centro de atrações esportivas para todos os esportes aquáticos, inédito no Estado, considerando sua extensão de alagamento (SAKAI; FROTA, 2013, p. 524).

O projeto elaborado pelo arquiteto ainda previa “a instalação de Clubes Náuticos, YachtClube, o regatas, ancoradouro para lanchas, veleiros e dependências para toda a sorte de esportes aquáticos” (SAKAI & FROTA, 2013, p. 525-526). Atualmente falar em utilização do Meia Ponte como forma de lazer é uma questão complicada. As águas desse rio possuem um alto nível de poluição e isso impede que as pessoas sequer aproximem dele sem que sintam algum desconforto, principalmente no período em que sua vazão é menor e há o aumento de despejo de esgotos.

No período que corresponde à década de 1930 até 1960, as pessoas possuíam uma relação mais estreita com o Meia Ponte, mas com o passar do tempo e com o crescimento exponencial da capital essa situação muda drasticamente. No próximo capítulo será abordada a situação de poluição desse rio na atualidade e a visão da imprensa local e nacional sobre essa questão.

Rio Meia Ponte: de símbolo no discurso mudancista à problema ambiental

Ao longo da história, a mudança de perspectiva sobre o rio Meia Ponte é perceptível. Tido na década de 1930 como um símbolo mudancista capaz de garantir o abastecimento da população, é visto na atualidade como um rio poluído, abandonado e como um sério problema



ambiental. Para abordar a questão da poluição do rio Meia Ponte, as principais fontes utilizadas são os jornais locais e noticiários nacionais de diferentes épocas.

Pelos documentos catalogados é possível perceber muitas referências sobre o rio Meia Ponte desde o período anterior à fundação de Goiânia, os quais argumentavam sobre sua importância para a escolha do local da nova capital. Para que o projeto de construção de Goiânia saísse do papel foi necessário pensar como seria feito o fornecimento de energia, o abastecimento de água e o saneamento básico de uma cidade que se tornaria um símbolo de progresso. Nesse sentido, viu-se que o Meia Ponte poderia atender a todas essas questões, pois.

O relatório era meticuloso neste sentido: prescrevia a quantidade mínima de demanda de litros d'água por pessoa. Essa atenção exigiu um estudo dos leitos d'água da região campineira. Por isso que foi mapeado a importância do Rio Meia Ponte com sua possibilidade de descarga na ordem de quinze milhões de litros por hora; foi avaliada a vizinhança do Rio Anicuns que passava numa paralela próxima a Campinas, numa distância de sete quilômetros, com descarga horária de nove milhões de litros aproximados/hora; mapeou-se, também, os córregos Cascavel e Macambira (CHAVEIRO, 2006, p. 6).

Diante dos argumentos que destacavam a importância do rio Meia Ponte na história dos primórdios da capital, cabe questionar como esse discurso foi deixado de lado, dando lugar às práticas de descaso e abandono ao longo das décadas, e este se apresenta na atualidade como um problema ambiental e de saúde pública. Para uma melhor compreensão da problemática que envolve o tema, buscamos analisá-lo sob a perspectiva da História Ambiental, pois segundo Worster (1991), a História Ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida do homem. Desse modo, procuramos entender como se deram as relações entre humano e natureza no espaço da nova capital do Estado no que se refere à interação com o rio Meia Ponte.

Segundo Worster (1991), a inserção das questões ambientais na disciplina História foi uma tentativa de torná-la mais inclusiva para outros assuntos que não fossem necessariamente as questões políticas. Por sua vez, Drummond (1991) aponta que a partir da Primeira Guerra Mundial começou a predominar uma relutância entre os cientistas sociais em aceitar, junto com o “tempo social”, o “tempo natural”. Contudo, diante das crises ambientais que



começaram a causar repercussões no mundo, constatou-se que o tempo puramente social já não era suficiente para pensar a sociedade.

As disciplinas sociais foram desafiadas, por cientistas naturais e movimentos sociais, a superar o seu paradigma e a incorporar variáveis naturais ao seu repertório legítimo de pesquisa. Os antropólogos enfrentaram o desafio mais cedo e acumularam um legado teórico-empírico relativamente amplo [...] Sociólogos e economistas iniciaram a sua "reforma", com resultados por vezes instigantes, mas com impactos limitados dentro das suas respectivas disciplinas [...] (DRUMMOND, 1991, p. 180).

Nesse sentido, a História Ambiental surge como uma segunda via que vai além dos antigos métodos historiográficos que valorizavam apenas o “tempo social” e a narrativa política. De acordo com Pádua (2010), o pensamento ecológico rompeu os limites da academia e “penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura”. Por mais que autores como Donald Worster e José Augusto Drummond afirmem que os discursos acerca das questões ambientais não compunham as discussões das ciências sociais, Pádua (2010) afirma que já no final do século XVIII havia uma preocupação com o meio ambiente. Para esse autor, a expansão européia causou uma série de impactos ambientais que chamaram a atenção das pessoas daquele período.

As observações empíricas das consequências de uma ação humana devastadora, seja na Europa, seja no mundo de expansão colonial, começaram a produzir denúncias contra o desflorestamento, a erosão dos solos, a sedimentação dos rios etc. As pesquisas de Richard Grove (1995) demonstraram que os assentamentos europeus no mundo tropical, incluindo o período posterior às independências, se tornaram um espaço privilegiado para esse tipo de preocupação, na medida em que a rápida transformação das áreas florestais em monoculturas e minas geravam modificações ambientais “à flor da terra”, por assim dizer (PÁDUA, 2010, p. 4).

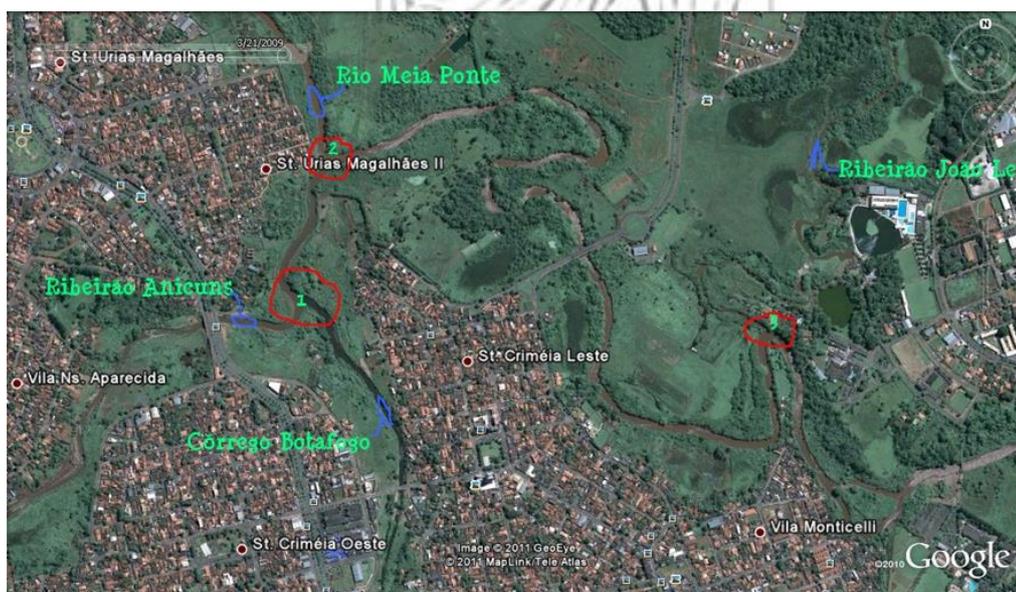
A questão central a se pensar sobre a História Ambiental é que esse campo de pesquisa surgiu como uma forma de alertar a sociedade de que as ações humanas no passado, que causaram desequilíbrio no meio ambiente, tiveram repercussões na sociedade contemporânea. Para Pádua (2010), uma análise histórico-ambiental permite que se entenda que a “natureza influenciava a história humana e não o contrário”.



É nessa perspectiva que se pauta esta análise de como tem sido a relação humana com o rio Meia Ponte, como ele esteve presente no processo de transferência da capital de Goiás, na vida dos moradores durante as primeiras décadas de Goiânia e como esse rio é sentido pelas pessoas atualmente. Segundo o relatório técnico de Zoneamento Ecológico-Econômico do Município de Goiânia realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro Oeste em 2008, o crescimento da capital vai na contramão das causas ambientais. O despejo de resíduos poluentes nesse rio é um sinal de como a questão ambiental pode estar em conflito com a ideologia do progresso.

Outros riscos potenciais são a redução da recarga dos aquíferos fissurais mais profundos e a poluição por esgotos domésticos. A redução da recarga pode ocorrer pela diminuição das taxas de infiltração, principalmente nas áreas situadas à montante das drenagens, que, teoricamente, são contribuintes do sistema hídrico subterrâneo, em razão do aumento da taxa de ocupação do solo. Quanto ao risco de contaminação destes aquíferos por esgotos domésticos, pode-se afirmar que é real, uma vez que estes são lançados de forma indiscriminada nas drenagens que compõem o sistema hídrico superficial, que, em tese, pode ser contribuinte do sistema subterrâneo (IDTCO, 2008, p. 104).

Figura 4. Áreas urbanas próximas ao rio Meia Ponte.



Fonte: Guia Ecológico: despertando a consciência que preserva. 26 de junho de 2015.



O aumento populacional tem favorecido construções urbanas nas margens do Meia Ponte e conseqüentemente provocado a diminuição de sua Vazão. De acordo com uma reportagem realizada pelo Jornal da UFG (2012), esse problema começou já na década de 1990 e se justifica pelas mudanças climáticas. Junta-se a essa questão o agravante da ausência de mata ciliar nas margens ao longo do rio, das quais, segundo a reportagem, restam apenas 13% de mata nativa, agravado pelo acúmulo de entulhos e lançamento de esgotos clandestinos, o que também contribui de maneira decisiva para a diminuição constante da vazão do rio. Importante ressaltar que a cobertura asfáltica também se torna um fator de grande responsabilidade na diminuição da vazão do rio, uma vez que essas alterações no solo contribuem para o aumento da área impermeabilizada.

Analisar por meio de uma perspectiva histórica os impactos sociais causados pela degradação do rio Meia Ponte ajuda a entender que essa questão não pode ser observada unicamente na atualidade, uma vez que é preciso conhecer o lugar ocupado por esse rio em outros tempos. Esse processo de mudança no qual, antes, o Meia Ponte era visto como um recurso natural de grande importância e agora deixado ao abandono, pode ser comparado ao ocorrido com o rio Tietê. Segundo Jorge⁶ (2006), esse rio ocupava até nos anos de 1940 um lugar privilegiado na vida dos moradores.

Nessas lagoas e no próprio rio, moleques caçavam aves aquáticas e rãs para comer com os irmãos, primos e amigos, aprendiam a nadar e se divertiam nos dias quentes. Nadar tinha de ser pelado e só para os homens. Raras eram as mulheres do bairro, então, que julgavam apropriado ou possível fazer o mesmo. Elas faziam, sim, passeios à beira do rio e das lagoas, e não deixavam de ter suas brincadeiras. Em um bairro de trabalhadores pobres como a Vila Maria, na época sem água, esgoto ou ruas pavimentadas, o Tietê, embora agonizante, fazia uma grande diferença (JORGE: 2006, p. 16-17).

⁶Em seu livro “Tietê, o rio que a cidade perdeu”, o historiador Janes Jorge estabelece uma cronologia sobre o processo de poluição do Rio Tietê em decorrência de elementos como a industrialização, a urbanização, e o conseqüente aumento de esgoto e lixo em suas margens e leito. Nesse sentido, entende-se que o que ocorre com o Rio Meia Ponte não é um caso isolado e o estudo sobre o rio Tietê serve de parâmetro para se entender melhor a ação poluidora decorrente da ação humana em rios que cortam a zona urbana.



De acordo com o autor, o período entre 1890 e 1940 foi um momento em que a relação entre os moradores de São Paulo e o Tietê foi bastante intensa, uma vez que “o rio acolhia uma infinidade de práticas que compreendiam diferentes dimensões da vida social e fornecia recursos naturais imprescindíveis ao processo de urbanização paulistano” (JORGE, 2006, p. 20-21).

Assim como o Tietê nem sempre foi visto como um rio antissocial, o Meia Ponte também teve, nos primeiros tempos da capital, um grande valor para a sociedade goianiense. Essa relação comparativa entre a visão que se tinha dos dois rios antes dos processos que os levaram a poluição na atualidade, contribui para se perceber que esse não é um fenômeno isolado. A máxima de que à medida que a cidade de Goiânia cresce a poluição do rio Meia Ponte aumenta é uma questão que não passa despercebida pela mídia local e nacional, sendo que, esporadicamente são divulgadas reportagens com informações alarmantes sobre o estado em que se encontram as águas desse rio. De um lado, o imaginário saudosista de um rio que está na memória e de outro a convivência real com um rio fétido e feio, em desacordo com o meio ambiente.

Em dezembro de 2012 o jornal da Universidade Federal de Goiás divulgou uma reportagem com o título, “É possível recuperar o rio Meia Ponte?” A reportagem apresenta uma pesquisa realizada pela Universidade Federal onde é analisada, entre outras questões, a qualidade da água do rio. De acordo com esta reportagem o rio Meia Ponte é o “principal do estado em uso e abastecimento de água”, contudo, a qualidade de suas águas varia entre “regular” e “ruim”. A reportagem ainda chama a atenção para o fato de que a maioria das enfermidades conhecidas seja transmitida pela água.

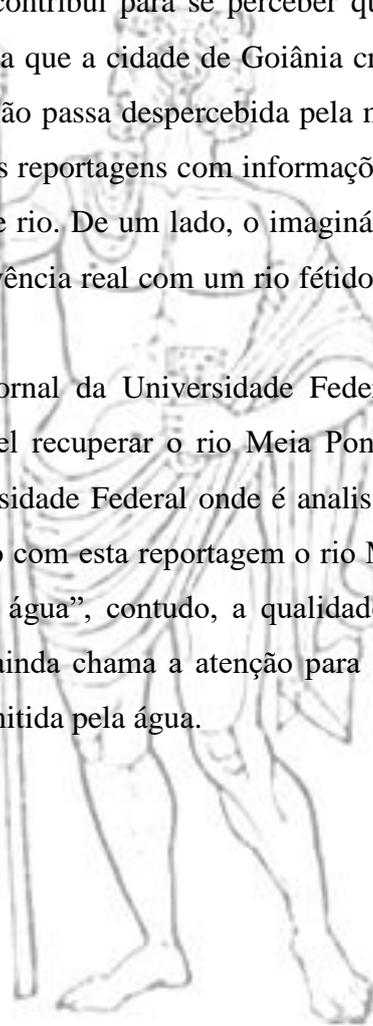




Figura 5: Poluição do rio Meia Ponte.



Fonte: Jornal UFG - Dezembro de 2012.

Essa imagem retrata o rio na Vila Roiz⁷, onde é possível perceber ao fundo uma significativa quantidade de entulhos. Contudo, a reportagem não menciona apenas o descaso com o rio, mas ressalta a iniciativa da Universidade Federal em realizar políticas públicas voltadas para o meio ambiente. Um dos projetos principais que a instituição de ensino realizou foi o de Educação Ambiental, onde é prevista medida para a conscientização da população que vive às margens do rio Meia Ponte.

Educação Ambiental será o subprojeto dedicado à comunidade que habita as margens do rio, no campo e na cidade. Essa etapa do programa é arrojada, pois envolverá ações de educação e comunicação, buscando conhecer os hábitos e o imaginário da população, bem como despertar em grupos de trabalhadores e educadores a consciência necessária para preservar o Meia Ponte. (VEIGA, p. 12, 2012).

⁷ Vila Roiz é um bairro da cidade de Goiânia.



É possível perceber no jornal que existe uma preocupação com o alto nível de poluição do rio, por esse motivo busca-se a realização de inúmeros projetos onde se pretende conscientizar a população sobre a sua importância, como mostra a pesquisadora do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) Marilda Shuvartz.

Fazem parte de nossas metas elaborar cartilhas ou materiais pedagógicos, capacitar lideranças e professores para abordar a temática da água, desenvolver um site interativo, além de promover rodas de conversa para conhecer o envolvimento afetivo e cognitivo das pessoas com o rio. (SHUVARTZ, p. 12, 2012).

Além disso, estudos científicos foram realizados para apurar a qualidade da água e o que se pode fazer para melhorá-la. Esta preocupação com a degradação da natureza do Meia Ponte é encontrada em diversos outros meios de comunicação, com matérias que divulgam operações de combate à poluição no Rio Meia Ponte envolvendo os moradores da cidade e alunos das escolas públicas, em atividades como o plantio de árvores nas margens do rio. Geralmente esses meios de comunicação destacam que o Meia Ponte é um dos recursos hídricos mais importantes do Estado de Goiás e que, por esse motivo, é justificada a preocupação com o nível de poluição que ele sofre na atualidade. Além disso, as reportagens ressaltam a importância da consciência ambiental como uma ação fundamental na recuperação do rio.

No que concerne aos projetos para o tratamento de esgoto, uma das maiores fontes poluidoras do Meia Ponte, o jornal “O Popular” divulgou uma publicação onde é destacado o fato de que a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Dr. Hélio Seixo de Brito, localizada no Setor Goiânia 2, não cumpriu com a meta de em dez anos trazer “água translúcida, livre do mau cheiro e da poluição, disponível à pesca e ao banho” (O POPULAR: 2013). A matéria publicada pelo jornal apresenta informações ainda mais preocupantes quando afirma que

Levantamentos feitos anualmente pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) mostram que os índices de poluição têm variado entre ruim e péssimo no trecho urbano de Goiânia. Os registros da SEMARH foram feitos entre 2001 e 2012, em sete pontos diferentes do Meia Ponte. Destes, três estão localizados na área urbana da capital (O POPULAR: 2013).



Figura 6: Poluição de uma das margens do Rio Meia Ponte.



Fonte: Jornal “O Popular”. 20/08/2013

Sobre o mau cheiro provindo da poluição do rio, um artigo jornalístico divulgado pelo Guia Ecológico ressalta que:

Aconteceu mais uma vez, finalmente se lembraram do Meia Ponte. Infelizmente por um péssimo motivo: o mau cheiro. Todo ano é a mesma coisa, com maior ou menor intensidade há um aumento no número de reclamações a respeito da fedentina provocada pelo rio. No período das chuvas, com um volume de água muito superior e suas águas de cor avermelhada, o rio esconde o que tem de pior, o mau cheiro, o lixo e os pneus. Na época da estiagem, sua vazão fica muito reduzida, o esgoto constante que flui para o curso d’água mantém sua vazão, e incrivelmente chega a ser superior a do próprio rio. Em resumo, temos um esgoto a céu aberto fluindo, com sua cor acinzentada, capaz de contorcer os narizes dos goianienses (Guia Ecológico, 2011).

A publicação destaca que no mês de agosto a vazão do rio fica menor e a proporção de despejo de esgoto aumenta. Com isso, consequentemente o odor emitido por esse processo poluidor é sentido, de maneira mais intensa, em grande parte da cidade de Goiânia. Segundo o Guia Ecológico, é justamente nesse período que dobram o número reportagens e manifestações sobre a degradação enfrentada pelo rio. Além de matérias em jornais, existe um



site específico voltado para discussão e alerta sobre os problemas do rio Meia Ponte: o MeiaPonte.org. Nele é possível encontrar vídeos e artigos sobre a qualidade da água, a relação dos ribeirinhos com o rio, locais onde se podem fazer denúncias sobre crimes ambientais e projetos que visam a recuperação desse recurso hídrico tão importante.

É inegável que a humanidade já está sofrendo com a falta de água e se medidas não forem tomadas, esse problema tende a aumentar. Nesse sentido, entende-se que a ideologia do progresso não serve mais de justificativa para que crimes ambientais continuem acometendo esse rio. Além de trazer danos para a população em geral, a poluição do Meia Ponte provoca uma série de danos para o meio ambiente, a começar pela via aquática. De acordo com uma pesquisa realizada em 2011 pela Companhia Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO, o rio vem recebendo ao longo dos anos uma grande carga poluidora que fez entrar em extinção espécies nativas da região.

Atualmente são encontradas apenas três espécies nativas no Rio Meia Ponte, dentre elas: Matrinchã, Piau, e Lambari, e outras espécies migratórias, como: Pintado, Dourado e Piracanjuba. Como consequência da ocupação do espaço físico do Rio Meia Ponte, podem-se distinguir duas fontes poluidoras: a urbana e a rural. A primeira é representada pelas atividades industriais e pelos efluentes domésticos sem tratamento, e a segunda engloba atividades de pecuária (suinocultura, piscicultura, bovinocultura e agroindústrias) e de extração mineral (SANEAGO, 2011, p. 1).

O trecho acima destaca que a poluição procede tanto de atividades urbanas como de atividades rurais, sendo que essas ações poluidoras contribuem para que esse seja o sétimo rio mais poluído do Brasil.

Conforme o secretário de Estado das Cidades e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte, Igor Montenegro, esse rio recebe o título de mais importante do estado e ocupa o posto de “sétimo mais poluído do Brasil”. De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás (Semarh), são lançados no curso do Meia Ponte, todos os dias, mais de 180 mil m³ de esgoto e uma tonelada de resíduos sólidos. Estudo intitulado Panorama da qualidade das águas superficiais no Brasil, publicado pela ANA em 2012, com dados de 2010, aponta que, no trecho que atravessa Goiânia, o índice de qualidade da água do Meia Ponte oscila entre as classificações “regular” e “ruim”.



Isso é preocupante, uma vez que, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), 80% das enfermidades conhecidas são transmitidas pela água (VEIGA, 2012, p. 13).

A mídia desempenha seu papel em denunciar a poluição que assola o Rio Meia Ponte, mas é necessário muito mais que isso. É preciso desenvolver políticas públicas que garantam a recuperação e manutenção desse recurso como fonte de abastecimento. Além disso, torna-se imprescindível que se crie uma educação ambiental, onde os alunos aprendam na escola a importância de se preservar os recursos naturais.

Considerações finais

Vimos que no discurso mudancista, o rio era percebido como um recurso que poderia ajudar na consolidação do projeto de transferência da capital de Goiás, pois a nova capital deveria ser símbolo de modernidade e progresso e nesse sentido, o fornecimento de água e energia elétrica era de fundamental importância. Desse modo, em 1933 foi inaugurada a Usina do Jaó e as corredeiras do Meia Ponte foram responsáveis por gerar a força necessária para mover a usina que abasteceria a nova capital. Além disso, o arquiteto Atílio Corrêa Lima, pensou o Meia Ponte também como um elemento que poderia ser aproveitado para a criação de projetos voltados para o lazer, sendo criados estabelecimentos para a prática de esportes aquáticos e clubes e os moradores de Goiânia passaram aproveitar o rio também para pescarias e para banhos.

Mas, com o crescimento da capital, esse rio foi perdendo sua importância no cotidiano das pessoas, passando a um sério problema devido ao constante depósito de esgoto e lixo doméstico. A prática poluidora que tomou conta do rio pode ser vista como uma agressão aos próprios moradores e para atender a demanda de consumo de água de uma cidade tão grande e ainda em crescimento, faz-se necessário a manutenção de recursos hídricos que possam garantir esse abastecimento. A mídia, ao denunciar os abusos das ações poluidoras contra esse rio presta um serviço à sociedade, contudo, essa ação não é permanente nem suficiente para amenizar o problema. É preciso que se invista em políticas públicas contínuas e de longo alcance, ou seja, que não seja algo apenas momentâneo e paliativo.



Referências

AZEVEDO, Wilson José de. *Análise da caracterização da água no Rio Meia Ponte, Cidade de Goiânia*. Dissertação. Universidade Católica de Brasília, 2012.

CASTILHO, Paulo. *A Água e a Cidade de Goiânia*. Disponível em: <http://goiania-goias.blogspot.com.br/2010/04/agua-e-cidade-de-goiania-por-paulo_10.html> Acessado em 07 de julho de 2015.

CHAUL, NarsFayad. *A construção de Goiânia e a transferência da Capital*. 2 edição. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

CHAVEIRO, E. F. De Vila Boa à Goiânia: Significações Morfológicas da Cidade Moderna. In: *VI Simpósio Nacional de Geomorfologia*. Goiânia, 2006.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 8. 1991, p. 177-197.

GUIA ECOLÓGICO. *O esquecido rio Meia Ponte, de novo é assunto da semana!* 2009. Disponível In: <https://guiaecologico.wordpress.com/tag/mau-cheiro/>. Acesso em: 30/10/2015.

JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: São Paulo 1890 – 1940*. São Paulo: Alameda, 2006.

JORNAL OPÇÃO. *Lançamentos de efluentes no Meia Ponte*. Disponível In: <http://www.jornalopcao.com.br/colunas/meio-ambiente/lancamentos-de-efluentes-no-meia-ponte>. Acesso em 30/10/2015.

LIMA, Nádia. *A história da construção da primeira usina de Goiânia*. Disponível em: <http://contatogo.blogspot.com.br/2011/08/historia-da-construcao-daprimeira.html> Acesso em 08 de julho de 2015.

O POPULAR. *Meia Ponte, meio ruim meio péssimo*. 12/08/20132. Disponível In: <http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/meia-ponte-meio-ruim-meio-p%C3%A9ssimo-1.376071>. Acesso em: 30/10/2015.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: *Dossiê Teorias Socioambientais*. Estudos. vol.24 n.68, São Paulo 2010.

RODRIGUES, Lysias A. *O Rio dos Tocantins*. 2. ed. Palmas: Ed. Alexandre Acampora, 2001.



PINTO, AngelaCiccone. O Rio Meia Ponte Sob a Perspectiva da História Ambiental – Novos Caminhos da Historiografia Goiana. In: *Anais do III Congresso Internacional de História da UFG. História e Diversidade Cultural*. Jataí:. Contexto: 2012.

PINTO, AngelaCiccone; ARAÚJO, Alexandre Martins de. Idealização e Construção de uma Nova Capital no Cerrado: Um olhar sobre os princípios ambientais. In: *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* v.3, n.1, jan.-jul.2014, p.78-88.

PLANALTO, Maria. O que fizeram das águas de Goiás? Eliminação da cobertura vegetal de nascentes e margens, poluição e ocupação inadequada de seus entornos ameaçam os mananciais goianos. *Diário da Manhã*, Quarta feira 29/10/2014, p. 5

SAKAI, Diogo Isao Santos; FROTA, José Artur D'Aló. Da Essência a Aparência. Os Significados Urbanos do Rio Meia Ponte em Goiânia. In: *Seminário Internacional de Arquitetura, Tecnologia e Projeto*. Anápolis,2013.

SANEAGO. Saneamento do Estado de Goiás. <http://www.saneago.com.br/site/?id=esgoto12&tit=esgoto>. Goiânia, 2011. Acesso em 18/09/2015.

SION, Alexandre; DUTRA, Maria Carolina. Crise Hídrica Mundial. In: *Jornal do Comércio*, 21 de Dezembro de 2014.

SHUVARTZ, Marilda. *Jornal da UFG*.Goiânia: *Jornal UFG*, Ano VII, nº. 54, Nov/Dez. 2012. <https://jornalufgonline.ufg.br/n/41689-e-possivel-recuperar-o-rio-meia-ponte>. Acesso em 15/09/2015.

TELES, José Mendonça. *Um rio dentro de mim*. Goiânia, Oriente, 1979.

VEIGA, Patrícia. *É possível recuperar o rio Meia Ponte?* In: *Jornal da UFG*. Goiânia: *Jornal UFG*, Ano VII, nº. 54, Nov/Dez. 2012. <https://jornalufgonline.ufg.br/n/41689-e-possivel-recuperar-o-rio-meia-ponte>. Acesso em 15/09/2015.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. In: *RevistaEstudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 8. 1991, p. 198-215.

IDTCO – Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro Oeste. Zoneamento Ecológico-Econômico do Município de Goiânia. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 2008.